

CPI QUER PRESSA NA PUNIÇÃO DE SUSPEITOS

Comissão amplia colaboração com Procuradoria para bloquear bens dos acusados

A CPI do Orçamento decidiu ontem ampliar a colaboração com a Procuradoria-Geral da República para que o procurador-geral, Aristides Junqueira, tenha condições de deflagrar os processos penais e de bloqueio de bens de todos os que forem apontados como culpados pelo relatório geral da comissão. Também ficou decidido que os trabalhos desta semana serão acelerados. O relator da comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou a intenção de antecipar para o dia 12 de janeiro a divulgação do seu relatório final com as propostas de cassação dos mandatos dos parlamentares envolvidos no desvio de verbas públicas federais. Frustrado o objetivo de fazer um relatório parcial ainda este ano, Magalhães resolveu fazer um novo calendário dos próximos passos da CPI, de modo que



Arquivo/AE

Magalhães: pressa.

não seja necessária outra prorrogação dos seus trabalhos para além do dia 17 de janeiro.

Pelo novo calendário, os coordenadores das subcomissões deverão apresentar seus relatórios até o dia 6 de janeiro. No dia 12, Magalhães divulgará o seu relatório final. No dia 14, o relatório deverá ser votado. Inicialmente, não há

nada previsto para os três dias antes do prazo de conclusão dos trabalhos da comissão, classificados como "reserva técnica" por Roberto Magalhães. Ontem, a mesa diretora da CPI e os coordenadores das subcomissões se reuniram para tentar contornar o obstáculo da falta de tempo e enquadrar os depoimentos que ainda faltam serem tomados pela comissão. O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da subcomissão de patrimônio, sugeriu que a comissão se divida até em três subcomissões para que todos os depoimentos ocorram e não haja discriminação. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), revelou, no entanto, resistências à idéia por temor de que pessoas apenas citadas nas denúncias, mas contra as quais não se reuniram indícios de culpa, acabem sendo convocadas, ape-

nas por pressões ou interesses de jogo político. "Não vou fazer na CPI jogo para ninguém", advertiu Passarinho. Antes mesmo da definição dos próximos depoimentos, novas dificuldades surgiram. O deputado João de Deus Antunes (PPR-RS), acusado de desviar subvenções sociais recebidas por entidades religiosas, que deveria prestar depoimento hoje pela manhã, pediu o adiamento do seu interrogatório, sob a alegação de que sua defesa não estava completa. O deputado Flávio Derzi (PP-MS), suspeito de integrar a máfia de Orçamento, que deveria hoje às 18h, pediu o adiamento por duas horas, para acompanhar a cirurgia da sogra em São Paulo. Passarinho considerou o pedido uma manobra de Derzi para que seu depoimento não ganhasse destaque na imprensa, e não aceitou a prorrogação.